

Ministro destaca apoio integral à área econômica

"Todo o apoio que a área econômica do governo receber neste momento é muito importante pois a renegociação da dívida externa não é apenas do presidente da República e de seu governo, mas sim de toda a nação". A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, ao agradecer a manifestação de "apoio e solidariedade" levada pelo presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco.

O ministro voltou a insistir na tese de que a renegociação da dívida e a discussão dos mecanismos de financiamentos internacionais devem ser desenvolvidas no sentido de preservar o crescimento do país, evitando o processo recessivo interno. Disse que se os governos anteriores tivessem negociado com credores com a intensidade necessária, "a recessão brasileira teria sido bem menor em 81, 82 e 83".

Funaro afirmou que os ajustes econômicos feitos no passado exigiam que o país tivesse mais produtos exportáveis para gerar mais superávits externos e com isso servir à dívida. Destacou que hoje, ao contrário dos governos anteriores, a idéia é assegurar mecanismos de refinanciamento que permitam o crescimento do país, com a

redução das transferências de recursos para o exterior.

O ministro negou que o apoio recebido ontem pela CNI indique uma divisão de opiniões entre os empresários do país, que teriam deixado claro uma posição contrária à permanência de Funaro no governo, durante reunião realizada com o presidente da República no sítio do empresário Mathias Machline, em São Paulo, no mês passado. Explicou que somente um empresário presente na reunião com Sarney levantou o retorno do país ao Fundo Monetário Internacional após o desenvolvimento de um plano de ajuste interno, que evitaria danos maiores caso o Fundo mudasse sua filosofia.

Segundo Funaro, Sarney teria dito ao empresário que o Brasil não poderia sacrificar o seu crescimento e portanto partiria para a renegociação evitando o processo recessivo. O ministro disse também que não acredita em mudanças na filosofia do FMI e que, se o país voltar ao Fundo, será levado imediatamente à interrupção de seu fluxo de crescimento, pois será exigido que os déficits sejam todos zerados; que existam superávits; que sejam interrompidos os investimentos do governo e que isso, sem dúvida, levará o Brasil novamente a uma forte recessão, repetindo o que aconteceu em 81, 82 e 83.